

2

Revisão Bibliográfica

Na Introdução, foi visto que o gênero gramatical se expressa por meio de concordância entre o nome e diferentes elementos da oração. Na ótica do Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999), gênero é um traço formal, podendo ser intrínseco ou opcional, e ainda, interpretável (nos nomes) ou não (nos determinantes, adjetivos e outros elementos).

Neste capítulo, será feita uma caracterização dos conceitos de *determinante*, *sintagma determinante* (DP) e *categorias funcionais*, fundamentais para a discussão acerca da variada manifestação do gênero nas diferentes línguas. Em seguida, será feita uma resenha dos estudos sobre identificação, pela criança, de sistema de gênero de diferentes línguas, baseados em relatos de produção espontânea e de dados coletados experimentalmente. Por fim, a controversa questão acerca da disponibilidade precoce de categorias funcionais será abordada a partir de teorias de aquisição que tratam especificamente do assunto.

2.1

Determinante, Categorias Funcionais e Sintagma Determinante⁷

A hipótese que norteia este trabalho considera a identificação da classe de gênero, pela criança, a partir da variação morfo-fonológica dos elementos da Categoria Determinante (D), e da concordância desses elementos com o Nome, em uma configuração estabelecida dentro do Sintagma Determinante (DP), projeção funcional que será vista a seguir (Corrêa, no prelo, 2001a; Name & Corrêa, 2002).

2.1.1

O Determinante

São considerados *determinantes* os itens que determinam propriedades referenciais dos nomes que acompanham (Radford, 1997a:38):

⁷ As siglas referentes a sintagmas vão manter as notações em inglês, já que são as mais difundidas, mesmo em português. Assim, todo sintagma será notado ...P, sendo P de *Phrase*, sintagma em inglês. Sintagma Determinante é, dessa forma, DP, Sintagma Nominal, NP etc.

Referencialidade: *O, um, esse, aquele* carro
A, uma, essa, aquela casa

Alguns autores também consideram *determinantes* elementos determinando propriedades quantificacionais dos nomes (Radford, 1997a; Culicover, 1997) :

Quantidade: *Algum, todo* carro
Alguma, toda casa

Esses autores se baseiam no fato de, em inglês, a presença de quantificadores excluir o uso conjunto de outro determinante:

**every this book, *the some books*

No entanto, o uso concomitante de determinantes e quantificadores é perfeitamente possível em português ou em francês:

Todo carro / todo o carro
*Quelques personnes / les quelques personnes*⁸

Da mesma forma, há discussão sobre a inclusão dos pronomes possessivos na categoria D. Alguns autores (Radford, 1997a; Culicover, 1997) sustentam essa idéia baseados no fato de, em inglês, a presença do possessivo excluir o uso conjunto de outro determinante:

**the my book, *her that book*

Contudo, em outras línguas, como o português e o italiano, o uso concomitante de possessivo e outro determinante é perfeitamente possível:

Aquele meu livro (português)
la sua rivista (italiano)

⁸ A presença ou não de artigo parece ter implicação semântica: sem artigo, para um uso com sentido geral: “*Todo* carro tem farol”; “*Quelques personnes préfèrent le vin blanc*” (*Algumas* pessoas preferem vinho branco).

A presença de artigo remeteria a uma especificidade: “*Todo o* carro que você vir com farol apagado...”; “*Les quelques personnes qui préfèrent le vin blanc...*” (*As poucas* pessoas que preferem vinho branco...).

Além disso, o possessivo possui uma certa mobilidade dentro do sintagma, não apresentada pelos determinantes⁹:

Aqueles parentes *meus* vivem no interior.

*Meus parentes *aqueles* vivem no interior.

Por essas razões, estudos mais recentes sobre configuração e concordância no sintagma determinante (DP) não tratam os possessivos como determinantes, conferindo-lhes uma posição própria na estrutura sintagmática (cf. Carstens, 2000). Optou-se também, nesta tese, em não considerar os possessivos e quantificadores como determinantes.

Outro elemento cuja presença entre os determinantes é discutida é o pronome pessoal reto (Abney, 1987; Radford, 1997a). Tais pronomes são referenciais por natureza, o que é argumento a favor de serem determinantes. Porém, os *traços-phi* desses pronomes são interpretáveis, como o são os *traços-phi* dos nomes, e diferentemente dos *traços-phi* dos determinantes (cf. 3.2). A concordância entre Determinante e Nome se estabelece como uma checagem de traços (Chomsky, 1995) ou compartilhamento de traços (Frampton & Gutmann, 2000; Frampton et al. 2000), em uma relação sintática, ao passo que a concordância entre Pronome e Nome se estabelece em uma relação semântica de co-referência entre esses elementos (Corrêa, 2001b; Corrêa & Almeida, a sair). Dessa forma, será assumido que os pronomes pessoais retos não fazem parte da Categoria D.

Foi dito que os determinantes fazem parte do conjunto de categorias funcionais. Será tratada a seguir, portanto, a definição de categorias funcionais.

⁹ Os demonstrativos possuem também alguma mobilidade em contextos específicos: «...parentes *esses* que eu não visito há muito tempo... ».

2.1.2 As Categorias Funcionais

Estudos em Teoria Lingüística distinguem os elementos do léxico em duas grandes categorias: funcionais e não-funcionais. As categorias não-funcionais são comumente chamadas de categorias lexicais e, na Teoria Lingüística de base gerativa, caracterizam-se fundamentalmente pela propriedade de atribuir papel temático a seus complementos (Culicover, 1997; Abney, 1987).

Para Abney (1987), há dois tipos de relação entre núcleo e complemento: relações temáticas - incluindo atribuição de papel temático, e seleção funcional - *f-seleção*. A relação sintática entre um elemento funcional e seu complemento é uma *f-seleção*. A relação entre um elemento não-funcional e seu complemento é uma relação temática; por isso, Abney chama os elementos não-funcionais de elementos temáticos. Assim, a distinção entre as duas categorias reside no traço [+ F]: elementos funcionais são [+F] e elementos temáticos são [-F].

A presença ou não de conteúdo descritivo também é outro fator relevante na distinção entre os elementos das duas categorias (Radford, 1997a; Chomsky, 1995). Categorias funcionais são aquelas cujos membros não têm conteúdo descritivo, mas contêm informação sobre propriedades gramaticais, tais como número, gênero e caso.

Nas versões mais recentes do Programa Minimalista, Chomsky sustenta que categorias funcionais têm conteúdo semântico – o que seria diferente de conteúdo descritivo. Entende-se por conteúdo semântico uma propriedade categorial que seria especificada lingüisticamente, em termos de um traço lexical, e que teria contrapartida extra-lingüística, como por exemplo, referencialidade, propriedade da categoria Determinante.

O conjunto das categorias funcionais varia ao longo do desenvolvimento da teoria lingüística gerativista. Atualmente, são consideradas categorias funcionais: Complementizador (Comp), Tempo (verbal) (T), verbo “leve”, núcleo de construções

transitivas (v)¹⁰ e Determinante (D)¹¹. Elas têm um papel fundamental, já que a Teoria Linguística gerativista considera a variação entre línguas uma consequência da força de traços das categorias funcionais, e trata a aquisição da linguagem como um processo de fixação de parâmetros ligados a essas categorias. A trajetória das categorias funcionais nos modelos mais recentes da teoria gerativa será desenvolvida em 3.3.

2.1.3 O Sintagma Determinante (DP)

Em 2.1.1, foram caracterizados os determinantes. Viu-se que há controvérsia na escolha de alguns elementos, e optou-se por considerar determinantes os seguintes itens: artigos definidos e indefinidos (o/a(s), um/a(s)) e os demonstrativos (este/a(s), esse/a(s), aquele/a(s)). Esses elementos entram na estrutura sintagmática como núcleos do Sintagma Determinante (DP).

Em 1987, Abney propõe que o Sintagma Nominal (NP) seja inserido na estrutura da oração como um complemento de uma categoria funcional Determinante (D), configurando uma projeção que ele vai chamar de Sintagma Determinante (*Determiner Phrase*, DP). Como já havia uma categoria funcional (Inf, *Inflection*) projetando o sintagma verbal (VP), a estrutura do NP seria, dessa forma, similar à estrutura do VP e, conseqüentemente, à da oração. Tal simetria entre a configuração do sintagma nominal e a configuração da oração responde a uma preocupação metodológica da teoria, que busca uma uniformidade descritiva.

¹⁰ De acordo com Ura (2000), VPs são tidos como tendo uma estrutura complexa, que inclui um VP interno e um vP externo, *vP Shell*. Alguns argumentos se originam nesse vP externo, como agente, enquanto que tema se origina no VP interno. O vP externo tem como núcleo um verbo leve (*light verb*). Esses verbos foram propostos para acomodar predicados de três argumentos no esquema binário adotado no modelo *Derivation by Phase* (Chomsky, 1999).

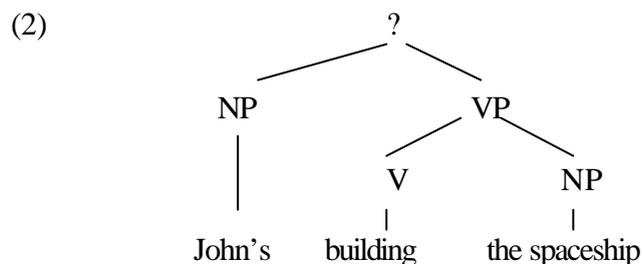
¹¹ O estatuto da Categoria D tem variado ao longo do Programa Minimalista. Em Chomsky (1995), D foi explicitamente caracterizado como categoria funcional (p. 378). Em trabalho posterior, Chomsky considera que D «pertence a um sistema diferente», sem, no entanto, dizer que sistema seria esse (1998:15, nota 31). Em *Derivation by Phase* (1999:4, nota 6), Chomsky diz que usa T e C(omp) como *cover terms* para um conjunto mais amplo de categorias funcionais, deixando a possibilidade de haver outros elementos, além dos citados, nesse conjunto. Assume-se, nesta tese, a Categoria D como pertencendo ao conjunto de categorias funcionais, seguindo-se diversos autores (Carstens, 2000; Kremers, 2000), e tendo por base o fato de a tese ter sido concebida segundo a versão de 1995 do Programa Minimalista.

Abney (1987) se baseia nas construções possessivas com gerúndio do inglês («*Poss-ing*») e na concordância entre Nome e possuidor, observáveis em algumas línguas. Resumidamente, em estruturas com «*Poss-ing*», há tanto um NP quanto um VP. Usando o exemplo de Abney (1987:15),

(1) John's building the spaceship

NP = John's VP = building the spaceship

Nenhum dos dois pode ser o núcleo superior na estrutura :



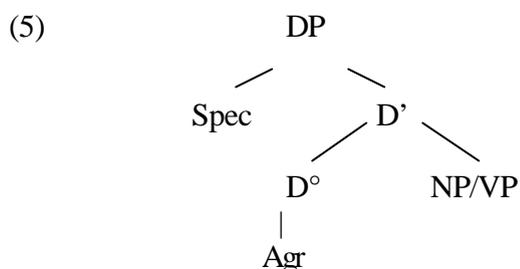
Da mesma maneira, a concordância entre nome e possuidor, em húngaro, encerra o mesmo problema (Abney, 1987:16) :

(3) Az en kalap- om
 DET euNOM chapéu- 1Sing
 O meu chapéu

(4) A te kalap- od
 DET tuNOM cabelo- 2Sing
 O teu chapéu

Kalap (chapéu) concorda com o possuidor em número e pessoa. O possuidor está no nominativo, e caso, no chamado Modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981), era atribuído por *Agr* no nível da oração (ver Capítulo 3, 3.3).

Abney argumenta que a marca de genitivo 's, no inglês, pode ser analisada como uma marca de concordância. A estrutura proposta para o NP é a seguinte :



Nesta estrutura, proposta por Abney¹², o NP também conteria uma projeção funcional, com uma estrutura semelhante à da oração, e essa projeção funcional teria o elemento Agr podendo, assim, atribuir caso ao Nome localizado no Especificador (Spec). D' poderia selecionar tanto um NP (caso do exemplo em húngaro), quanto um VP (caso do exemplo em inglês). Assim sendo, todo NP se encaixa em uma estrutura complexa, o DP - « *O DP constrói a referencialidade do SN [NP], conferindo-lhe estatuto de argumento* » (Mioto et al. 1999).

A partir dos anos 90 foram desenvolvidos vários trabalhos sobre o DP. Como sua discussão envolve terminologias e conceitos ainda não tratados, esses trabalhos serão analisados no Capítulo 3, quando será discutida a concordância sob o enfoque do Programa Minimalista. Por ora, basta saber-se que o Determinante (D) projeta-se como núcleo do Sintagma Determinante (DP), tendo como complemento um sintagma nominal (às vezes, verbal, como um dos exemplos tratados por Abney (1987)).

Será visto a seguir como o gênero se manifesta nas diferentes línguas. Será mostrado que a configuração do DP proposta por Abney (1987) é crucial para o

¹² A estrutura apresentada é uma adaptação de algumas formulações propostas por Abney (1987:20). As configurações variam em função do exemplo dado (*John's book* ou *the book*). O importante a ressaltar é que a configuração geral do DP, proposta por Abney, fornece especificador (preenchido por *John's* no exemplo acima), um nó Agr, que permite a concordância, e complemento (NP; *book* nos exemplos acima).

desenvolvimento deste trabalho, visto que se observa que essas línguas sempre apresentam manifestação morfológica de gênero nos elementos da Categoria D.

2.2

A manifestação de gênero nas diferentes línguas

Gênero encontra-se manifesto morfo-fonologicamente em 75% das línguas conhecidas e estudadas (Corbett, 1991; van Berkum, 1997). O enfoque dos estudos é tradicionalmente descritivo, classificando os sistemas de gênero em função dos critérios que pareçam subjazer às diferentes subclasses de gênero.

Classes de gênero podem refletir uma categoria semântica, com uma relação entre propriedades dos elementos da classe denotada pelo nome e o gênero gramatical. A principal característica marcada pelo gênero é o sexo (nomes masculinos são atribuídos a entidades do sexo masculino, e nomes femininos a entidades do sexo feminino), seguida da oposição animado/inanimado e [+ - racional] (Corbett, 1991).

Nas línguas românicas, o gênero gramatical pode expressar o sexo de uma expressão referencial. Em línguas como tamil, kannada e telugu (línguas dravídicas), nomes são divididos em racionais masculinos e femininos, e irracionais (neutro), com poucas exceções. Kolami e ollari (também línguas dravídicas), entre outras, possuem um sistema binário : gênero masculino para humanos do sexo masculino e neutro para todos os outros nomes. Diyari (língua aborígine australiana) também possui duas classes de gênero, mas com uma classificação diferente : feminino para seres animados (+ - humano) do sexo feminino e neutro para o restante. Em Dyirbal, outra língua australiana, os nomes são divididos em « gênero I » (humanos do sexo masculino, animais), « gênero II » (humanos do sexo feminino) e « gênero III » (resíduos) (Corbett, 1991).

Contudo, a correspondência entre gênero gramatical e classes semânticas nem sempre pode ser constatada. Assim sendo, as terminações (vogais finais) mais frequentes em uma dada língua têm sido tomadas como um possível critério para

orientar a descrição de nomes como pertencentes a diferentes classes de gênero. Ainda que possa haver relações entre a distribuição de nomes em classes de gênero e um padrão fonológico da terminação ou declinação de nomes, esse critério não dá conta dessa distribuição. Logo, do ponto de vista da aquisição da língua, tanto um critério de base semântica quanto um critério fonológico não seriam satisfatórios para orientar procedimentos de aprendizagem¹³, o que leva a crer que a identificação de sistema de gênero nas diferentes línguas não deve ser fundada nesses critérios.

2.2.1

O gênero no português

2.2.1.1

O gênero no Nome

Em português, o gênero gramatical pode assumir dois valores - masculino e feminino. Nomes com traço [+ animado], na sua maioria, apresentam marca morfológica de gênero, mas nem todos. Segundo Rocha (1981), somente 4,5% dos nomes do português apresentam marca morfológica de gênero. Assim, 95,5% dos nomes - incluindo aqueles com traço [+ animado], tais como artista, cobra etc. - não apresentam marca morfológica de gênero.¹⁴

Tal marca morfológica é comumente tratada como flexão. Câmara Jr. (1970) aponta, no português, substantivos de tema *-o*, com flexão de feminino *-a*: *cachorro/-a*; de tema *-e*, com flexão de feminino *-a*: *mestre/-a*; atemáticos, com flexão de feminino *-a*: *peru/+a*. O autor classifica os nomes em três tipos :

1. nomes substantivos de gênero único: *a rosa, a flor, a tribo, a juriti, o planeta, o amor, o livro, o colibri*
2. nomes de dois gêneros sem flexão: *o, a artista, o, a intérprete, o, a mártir*

¹³ Nesse caso, não seria possível falar em aquisição, já que tais procedimentos remeteriam a estratégias cognitivas gerais, e não a processamento especificamente lingüístico.

¹⁴ A contagem proposta em Rocha (1981) é, no entanto, passível de questionamento, à medida que conta, por exemplo, o vocábulo *amigo* se opondo a *amiga* nos 4,5%, e conta o mesmo vocábulo *amigo*, quando usado em sentido genérico, nos 95,5%. Além disso, a contagem foi realizada baseando-se somente em material escrito.

3. nomes substantivos de dois gêneros, com uma flexão redundante: *o/a lobo/-a, o/a mestre/-a, o/a autor/-a*.

Câmara Jr. (1970), ainda que caracterize o gênero como “uma distribuição em classes mórficas” (p. 88), salienta, contudo, que a oposição masculino – feminino em certos casos sinalizaria uma especificidade semântica, tratando o masculino como não marcado e o feminino como uma especialização. Citando seus exemplos, “*jarra é uma espécie de “jarro”, barca um tipo especial de “barco”, como urso é a fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de “menino”*” (págs. 88, 89, marcações do próprio autor).

A idéia de especificidade semântica relacionada ao feminino implica supor que a forma específica – feminina – teria sido criada a partir da forma não marcada – masculina – com a adição de morfema. No entanto, a análise etimológica de alguns desses pares de nomes não sustenta essa hipótese. *Jarra, barca*, assim como *bola, mata, tampa, chinela* apareceram primeiro no português, vindos, na sua maioria, do latim, e seus “pares” masculinos foram criados a partir delas. Ao menos nesses casos, não seria possível falar de flexão, e a idéia de especificidade semântica fica comprometida. Sincronicamente, não seria possível relacionar *bolo* e *bola* da mesma maneira que se relaciona *macaco* e *macaca*, por exemplo. A variação mórfica de gênero em pares de nomes, produtiva no português atual, parece remeter sobretudo à propriedade semântica do sexo dos elementos denotados pelos nomes¹⁵.

Rocha (1998) considera essa variação mórfica decorrente de um processo derivacional motivado por uma expressão semântica. Na sua visão, somente nomes remetendo a seres sexuados estariam sujeitos a esse processo. Para ele, não haveria flexão de gênero nos nomes.

¹⁵ Nesse sentido, é interessante ver os dados coletados por Figueira (2001, 1996, cf. 2.3), mostrando como duas crianças (entre 2;3 e 5;3 anos) exploram a marcação morfológica de gênero, relacionando-a ao sexo do elemento denotado, inventando novas palavras.

Em uma análise em termos de traços, na ótica minimalista, o gênero dos nomes, em português, pode ser intrínseco ou opcional. Em nomes [- animado], o traço é intrínseco. Em nomes [+ animado], o traço pode ser intrínseco (como em *testemunha*, *cônjuge*, *homem*, *girafa...*, e em *dentista*, *colega*¹⁶ etc.) ou opcional (*amigo/a*, *coelho/a* etc.). O traço intrínseco de gênero é parte integrante do nome. Sendo opcional, o valor do traço varia e a expressão dessa opcionalidade é morfológica. Assim sendo, nomes [+ animado] com traço opcional de gênero vão apresentar variação morfológica.

Qualquer que seja o tipo – intrínseco ou opcional, o traço de gênero é sempre interpretável nos nomes, i.e., o traço é semanticamente interpretado na interface da língua com os sistemas de desempenho (cf. 3.2). No entanto, em alguns casos, o traço intrínseco é subespecificado semanticamente, não remetendo a uma categoria semântica específica e, por isso, apresenta-se arbitrário. Já o traço opcional de gênero nos nomes, expresso morfológicamente, remete a classes naturais de gênero masculino e feminino, no português. Dessa forma, o morfema de gênero nos nomes, seja de natureza flexional ou derivacional, teria conteúdo semântico, remetendo às classes de gênero natural masculino e feminino. O quadro a seguir apresenta a classificação dos nomes em português em função da natureza do traço de gênero.

Quadro 2.1: Classificação dos nomes em função da natureza do traço de gênero

Traço de gênero nos nomes		
Animacidade	Opcionalidade	
	Intrínseco	Opcional
[- animado]	mesa, livro *	-
[+ animado]	cônjuge, girafa *	amigo/a, coelho/a
	dentista, colega	

* Subespecificado semanticamente.

¹⁶ Esses nomes poderiam ser tratados como uma única forma fônica com dois traços intrínsecos de gênero, ou como duas formas fônicas – duas entradas lexicais – cada uma com um traço intrínseco de gênero.

Apesar de o gênero intrínseco de nomes [- animado] e de alguns nomes [+ animados] apresentar-se, em geral, arbitrário, parece haver certa regularidade fônica em muitas línguas que permite que se façam generalizações. Assim, a regularidade fônica da terminação dos nomes pode ser um critério de identificação de gênero dos nomes desconhecidos usado por falantes de uma dada língua (Corbett, 1991; Karmiloff-Smith, 1979 e Pérez-Pereira, 1991, cf. 2.3).

No português, basicamente, nomes de final átono -o ([u]) são masculinos e de final átono -a são femininos, com exceções: *o planeta, o problema, o panda; a tribo, a moto, a foto*. Nomes terminados em -e átono ([i]) podem ser de gênero masculino ou feminino: *o dente, o tomate, o pente; a ponte, a parede, a árvore*.

2.2.1.2 O gênero em itens diferentes do Nome

O traço de gênero é [interpretável] nos itens diferentes do Nome, podendo ser manifesto morfologicamente em determinantes, possessivos e adjetivos, como acontece nas línguas românicas, e em outros itens tais como verbo, como acontece em hebraico, russo e swahili (Levy, 1987; Corbett, 1991).

No português, o gênero é sempre manifesto, tanto no singular quanto no plural, nos determinantes, possessivos e adjetivos (de terminação $-o^{17}$), por um processo de flexão no feminino, a partir da forma *default* no masculino. A concordância de gênero se dá dentro do DP, entre Nome (N) e Determinante e modificadores; fora do DP, há concordância entre o DP e o predicativo.

Dentro da categoria D, o subconjunto feminino apresenta regularidade fônica final (-a), que por sua vez apresenta semelhança fônica com grande parte dos nomes e dos adjetivos flexionados. Já os determinantes masculinos não apresentam tal regularidade, restringindo-se a um único determinante que apresenta semelhança fônica com os nomes (e adjetivos).

¹⁷ Ainda que adjetivos terminados em -e não se flexionem no feminino, é interessante notar, em dados de produção infantil, tal ocorrência : *Você tá trista?*; *uma coisa muito importanta* ... (A, 2;5 anos).

Quadro 2.2 : Determinantes masculinos – regularidade fônica¹⁸

Determinantes masculinos	Nomes
o(s)	cop o(s)
um(ns)	liv ro(s)
este/esse/aquele(s)	sapato (s)

Quadro 2.3: Determinantes femininos – regularidade fônica

Determinantes femininos	Nomes
a(s)	casa (s)
uma (s)	loja (s)
esta/essa/aquela (s)	boneca (s)

De acordo com a hipótese deste trabalho, a regularidade e transparência da marcação de gênero em uma classe fechada como a Categoria D permitiria à criança identificar os possíveis valores do traço de gênero de sua língua mais facilmente do que em elementos de uma classe aberta – Nome – com maior variação de terminações. Como visto, em português, os elementos da Categoria D apresentam regularidade fônica no que concerne à marca de gênero, particularmente na subclasse dos determinantes femininos.

Essa hipótese deve ser passível de ser testada em línguas diferentes do português. Na próxima seção será visto como o traço de gênero se manifesta em diferentes línguas. É importante salientar que, assim como no português, nessas

¹⁸ A marcação em negrito, neste e nos quadros seguintes desta seção, não remete à manifestação morfológica, mas à regularidade fônica entre determinantes e terminação dos nomes.

línguas em que há manifestação morfológica de gênero, ela é sempre presente em algum item da Categoria D, artigo ou demonstrativo (Corbett, 1991; Salles, 1993).

2.2.2 O gênero em outras línguas¹⁹

Nas outras línguas românicas, a classe de gênero também é subdividida em masculino e feminino. Além do nome, o gênero é marcado nos determinantes, possessivos e adjetivos, em uma relação de concordância sintática entre Nome e Determinante e modificadores, dentro do DP, ou entre o DP e predicativo. Em francês e italiano, o gênero também é manifesto no particípio passado de verbos em alguns casos²⁰. A distribuição pela terminação dos nomes nas duas classes, em espanhol e italiano, segue um padrão semelhante ao do português, com nomes terminados em *-a* e *-o* preferencialmente femininos e masculinos, respectivamente.

O sistema de Determinantes do espanhol, e sua expressão de gênero, é semelhante ao do português. O gênero é marcado no singular e no plural: *el libro, los libros; la casa, las casas*. O paradigma masculino apresenta mais uniformidade fônica do que em português, já que apresenta a terminação *-o* em todos os determinantes no plural. O paradigma feminino também é regular, exceto para o fato de que nomes femininos começados por *a* tônico são usados com artigo definido masculino no singular: *el agua*. Contudo, estes casos correspondem a apenas 0,5% do total dos nomes em espanhol (cf. Costa et al., 1999).

¹⁹ As informações desta seção foram extraídas de Corbett (1991), Salles (1993) e Slobin (1985), além das referências contidas no texto.

²⁰ O pretérito perfeito, nessas línguas, é formado por um verbo auxiliar no presente (*ser* ou *ter*) e pelo verbo principal no particípio passado. Quando se usa o verbo *ser*, o particípio concorda em gênero e número com o sujeito :

Francês : Les pommes sont tombées parce qu'elles étaient trop mûres.
As maçãs(F pl) caíram (F pl) porque estavam muito maduras(F pl)
(maduras demais)

Italiano : La bottiglia mi è caduta di mano.
A garrafa(F sing) me caiu(F sing) da mão .
(A garrafa caiu da minha mão).

Quadro 2.4: Determinantes do espanhol

Masculino				Feminino			
Singular		Plural		Singular		Plural	
Determinante	Nome	Determinante	Nome	Determinante	Nome	Determinante	Nome
El	libro	Los	libros	La	casa	Las	casas
Un		Unos		Una		Unas	
Este	ojo	Estos	ojos	Esta	sila	Estas	silas
Eses		Esos		Esa		Esas	
aquel		Aquellos		Aquella		Aquellas	
				El	agua	Las	aguas
				La buena	agua		

Em italiano, o gênero também é marcado no singular e no plural, mas há acomodação da forma fônica do determinante à forma do nome (ou do adjetivo, se este antecede o nome), diminuindo a transparência do sistema. Por exemplo, o artigo masculino *default* é *il* no singular e *i* no plural; o artigo feminino é *la* no singular e *le* no plural. Mas nomes começando por vogal se combinam com a forma *l'* do artigo definido, independentemente do gênero do nome (*l'ora* – fem.; *l'albero* – masc.). Nomes masculinos começando por *gn-* ([ŋ]) ou *s+Cons.* se combinam com o artigo *lo* (*lo sgabello*). Mas se há um adjetivo entre o artigo e o Nome, este recupera o artigo *default*: *il grande sgabello*.

Quadro 2.5: Determinantes masculinos do italiano

Masculino			
Singular		Plural	
Determinante	Nome	Determinante	Nome
Il Un Questo Quel	tavolo libro	I (Dei) Questi Quel	tavoli libri
L' Il grande Un Quest' Quell'	albero esame	Gi I grandi (Degli) Questi Quegli	alberi esami
Lo Il grande Uno Questo Quello	spazio gnomo	Gi I grandi (Degli) Questi Quegli	spazi gnomi

Determinantes entre parênteses são facultativos.

Quadro 2.6: Determinantes femininos do italiano

Feminino			
Singular		Plural	
Determinante	Nome	Determinante	Nome
La		Le	
Una	casa	(Delle)	case
Questa	chiave	Queste	chiavi
Quella		Quelle	
L'		Le	
La bonna	ora		ore
Un'		(Delle)	
Una bonna	idea		idee
Questa		Queste	
Quella		Quelle	

Determinantes entre parênteses são facultativos.

As distinções entre as classes de gênero estão presentes nos determinantes, tanto no singular quanto no plural, se apresentando mais claramente no paradigma feminino.

Em francês não existe um padrão fônico *default* de terminação que facilite a identificação da distribuição dos nomes nas duas classes de gênero, ainda que alguns autores chamem a atenção para certas regularidades. *Table, maison, fleur, main* são nomes femininos, mas nomes com a mesma terminação - *cable, ballon, cœur, pain* - são masculinos. Tradicionalmente, a terminação *-e* é marca flexional do gênero feminino: *boulangier/boulangère, chien/chienne*. No entanto, o *-e* final não é mais pronunciado, sendo atualmente uma marca da língua escrita. Em termos auditivos/perceptuais, o *-e* final não existe. Jakubowicz & Faussart (1998) propõem

como distinção acústica de gênero formas curtas – terminando por vogal, e formas longas, com terminação consonantal, em palavras flexionadas ²¹:

Quadro 2.7: Distinção fônica entre masculino e feminino nos nomes do francês

Masculino	Feminino
Formas curtas, terminando por vogal	Formas longas, terminando por consoante
Copain [kɔpɛ]	Copine [kɔpin]
Boulangier [bulãʒɛ]	Boulangère [bulãʒɛR]

Nos determinantes, o gênero só é manifesto no singular e também há acomodação fônica entre o determinante e o nome ou adjetivo começando por vogal (*cet escalier* – masc., *cette échelle* – fem.; *æt* e *cette* têm ambos a mesma pronúncia [sɛt]).

Quadro 2.8: Determinantes masculinos do francês

Masculino			
Singular		Plural	
Determinante	Nome	Determinante	Nome
Le	journal	Les	journaux
Un	sac	Des	sacs
Ce	livre	Ces	livres
Du	ped	Des	pedes
L'	avion	Les	avions
Le grand			
Un	evier	Des	eviers
Cet			
Ce grand	outil	Ces	outils
De l'		Des	

²¹ Mas há exceções, como *vendeur* [vãdœr] - *vendeuse* [vãdøz], em que ambos terminam por consoante. Note-se, ainda, que a duração vocálica (breve/longa) não é um traço distintivo em francês. Vale lembrar que a distinção proposta por Jakubowicz & Faussart (1998) é particularmente produtiva nos adjetivos.

Quadro 2.9: Determinantes femininos do francês

Feminino			
Singular		Plural	
Determinante	Nome	Determinante	Nome
La	maison	Les	Maisons
Une	fleur	Des	Fleurs
Cette	page	Ces	Pages
De la	plume	Des	Plumes
L'	assiette	Les	assiettes
La grande			
Une	échelle	Des	échelles
Cette	image	Ces	images
De l'		Des	

Ainda que o paradigma dos determinantes, no francês, não apresente tão claramente as manifestações de gênero, como ocorre no português, no espanhol, e mesmo no italiano, é importante ressaltar que as distinções entre as duas classes de gênero dessa língua se apresentam dentre os elementos da categoria D, no singular.

Nas línguas eslavas, os nomes se distribuem em três classes de gênero (masculino, feminino e neutro). Em russo, polonês, eslovaco, tcheco e ucraniano não há artigo, mas a manifestação morfológica de gênero se apresenta em demonstrativos e possessivos (e em pronomes relativos, adjetivos e verbos, em algumas dessas línguas). Já o búlgaro e o macedônio apresentam artigos, com gênero manifesto, pospostos ao nome.

As línguas germânicas apresentam três classes de gênero - masculino, feminino e neutro, como em alemão e islandês, ou duas - comum e neutro, caso do

dinamarquês, holandês, norueguês e sueco. Em alemão, há formas distintas do artigo no singular para os três gêneros, mas apenas uma forma no plural. O gênero é manifesto nos adjetivos quando antecedem o nome. Em islandês, dinamarquês, norueguês e sueco, o artigo definido é posposto ao nome, enquanto que o indefinido o antecede. Ambos os artigos manifestam gênero nessas línguas no singular (em islandês, o gênero também se manifesta no plural). Em holandês, ambos os artigos antecedem o nome, mas só há manifestação de gênero no artigo definido singular.

Os nomes no hebraico se distribuem em duas classes de gênero (masculino e feminino). Todos os elementos da oração, exceto advérbios e algumas preposições, apresentam manifestação morfológica de gênero (Levy, 1983). Em árabe, o gênero só é manifesto no demonstrativo, os outros determinantes não apresentando marca de gênero.

Em Isangu, uma língua da família Bantu falada no Gabão, o gênero gramatical pode assumir cinco valores diferentes. O valor do gênero é marcado por meio de prefixos nos nomes (funcionando como determinantes), em adjetivos e verbos, entre outros elementos, tanto no singular quanto no plural, com prefixos distintos, formando um intrincado sistema de gênero. Dados reportados por Comrie (1999), no entanto, mostram que os enunciados das crianças a partir de 2;3 anos apresentam concordância de gênero de acordo com o sistema-alvo do adulto, e os casos divergentes são explicados com base em propriedades morfológicas. Nomes cujo valor do traço de gênero remete à classe 3 (singular)/4 (plural) são tratados pela criança como pertencendo à classe 1 (singular)/2 (plural). Essas duas classes compartilham o prefixo singular dos nomes (mu-), mas apresentam prefixos de concordância verbal diferentes: a (sing.) e ba- (pl.) para a classe 1/2, e wu- (sing.) e mi- (pl.) para a classe 3/4. A criança, no entanto, usa o prefixo de concordância no verbo da classe 1/2 para nomes da classe 3/4, sugerindo que ela tenha identificado o valor do traço do nome a partir do valor do traço do determinante, o qual apresenta a mesma forma fônica, no singular, para as classes 1/2 e 3/4.

A manifestação do gênero nos diferentes itens varia de uma língua a outra. Em comum, a presença de marca morfológica em pelo menos um elemento pertencente à categoria D.

Diante de tal diversidade de sistemas de gênero gramatical, uma questão que se coloca é como a criança vai identificar o sistema de gênero de sua língua, e em espaço tão curto de tempo. No processo de adquirir uma língua, a criança tem de processar o material lingüístico a que tem acesso, de modo a identificar aquilo que é relevante na sua língua.

No que concerne ao gênero, uma hipótese é que a transparência fonológica das marcas de gênero no Determinante deverá ter um efeito facilitatório. Em outras palavras, quanto mais transparente e regular forem as distinções morfo-fonológicas no conjunto restrito de elementos da categoria D do sistema de gênero de uma dada língua, mais fácil e rápida será sua identificação, dado que isso irá permitir a atribuição do nome a uma dada classe de gênero ou, nos termos da Teoria Lingüística, a valoração do traço (intrínseco) de gênero do nome. O paradigma dos determinantes do português é particularmente transparente, em comparação com línguas como o italiano e o francês.

Além da transparência, outro fator que poderia ser importante é o grau de redundância fônica das marcas de gênero nos diferentes itens. Mais uma vez, o português apresenta elevado grau de redundância fônica, principalmente no feminino, com a terminação *-a* em grande parte dos nomes e na flexão *-a* dos determinantes e adjetivos. O paradigma masculino também é redundante, ainda que menos do que o feminino no que diz respeito aos determinantes (cf. Quadros 2.2 e 2.3). Além disso, demonstrativos e alguns adjetivos apresentam metafoia entre o masculino e feminino ([e]sse, [ɛ]ssa ; aqu[e]le, aqu[ɛ]la ; n[o]vo, n[ɔ]va), o que poderia ser mais uma pista ajudando a criança na tarefa de classificar itens de uma mesma categoria (Determinante, Adjetivo) em subclasses.

A variação do uso dos determinantes nas diferentes línguas – o quanto sua presença é intensiva, o grau de confiabilidade da marca de gênero neles expressa, a regularidade dos paradigmas etc.- não compromete a hipótese avançada. O ponto que parece haver em comum a essas línguas é o fato de o gênero ser marcado na categoria D, ainda que de modo variado. Tal variação leva a se prever percurso da aquisição/identificação do sistema de gênero com características variadas, em função do grau de clareza das marcas nos dados lingüísticos primários.

2.3 A aquisição de gênero nas diferentes línguas

Não há muitos estudos sobre aquisição de gênero nas diferentes línguas, e os estudos disponíveis se baseiam em relatos de produção espontânea ou em resultados experimentais com crianças acima de 3 anos.

Apesar de não haver muitos trabalhos sobre o assunto, os estudos existentes apontam todos para a mesma direção: crianças não apresentam dificuldades em adquirir o sistema de gênero de sua língua e não usam prioritariamente associações semânticas entre gênero e elemento denotado (por exemplo, sexo) (Pinker, 1995). É interessante notar que línguas em que o gênero se manifesta somente em pronomes pessoais (e algumas profissões), em uma relação semântica direta com o elemento denotado pelo nome (caso do inglês, por exemplo), apresentam maior dificuldade à criança do que línguas com rico sistema morfológico de manifestação de gênero (Corbett, 1991).

Em um estudo contrastivo com dados de produção em alemão e inglês, Mills (1986 apud Corbett 1991) mostra que crianças adquirindo o inglês demoram mais a dominar o sistema de gênero de sua língua do que crianças expostas ao alemão. Para Mills, como o gênero no alemão se manifesta em vários itens da fala – como determinantes e adjetivos – de modo claro, isso faz com que a criança tenha mais pistas para identificá-lo, em oposição ao inglês.

De acordo com dados coletados por diferentes autores e apresentados por Mills (1985), a marca de gênero nos enunciados de crianças alemãs costuma aparecer entre 1;10 e 2;6 anos. Mills também reporta experimento de produção de MacWhinney (1978 apud Mills, 1985), com crianças alemãs de 3 a 12 anos em tarefa de identificação de gênero de nomes e pseudo-nomes (Tarefa de produção eliciada – ver Glossário). Os resultados apontam para o uso privilegiado de pistas intra-lingüísticas - marcas no artigo e na terminação dos pseudo-nomes. MacWhinney conclui que crianças fazem pouco uso de pistas semânticas para atribuição de gênero a pseudo-nomes.

Um grupo de pesquisadores liderados por Meisel (Meisel et al., 1994) acompanhou o desenvolvimento lingüístico de 5 crianças bilíngües francês-alemão (idade inicial: 1;0 – 1;6 ano), durante 5 anos, gravando a fala espontânea das crianças mensalmente. No que se refere ao gênero, a produção de duas crianças foi analisada no período de 1;5 a 5;0 anos. Os pesquisadores reportam o uso efetivo de determinantes a partir somente de 2;0 anos, em ambas as línguas. Antes disso, quando presentes, os determinantes parecem ser não marcados em gênero (e número), com uso de “precursor” do artigo definido²² [ý] em francês e em alemão, e do artigo indefinido masculino (*un, ein*²³) independentemente do gênero do nome.

Segundo esses estudos, a partir dos 2 anos, as crianças apresentam poucos “erros” de gênero na concordância entre artigo e nome e, ainda segundo eles, tais erros indicariam a identificação, pelas crianças, de padrões de terminação associados a determinado gênero, em francês. As crianças combinariam nomes terminando por nasal com o artigo masculino, erroneamente (*le(m.) main(f.), le(m.) maison(f.), le(m.) maman(f.)*). Em alemão, a associação não seria com a terminação, mas com o tamanho do nome. Monossílabos seriam associados com artigo masculino nos dados de uma das crianças. Os pesquisadores atribuem esses dados à identificação, pelas crianças, das regularidades das línguas em aquisição. Contudo, a associação de

²² Um «precursor» do artigo definido seria um elemento preenchedor da posição do artigo, com som aproximado.

²³ *Ein* pode ser tanto masculino como neutro.

determinadas terminações a um dado gênero, em francês, não é clara (cf. 2.2.2), e o tamanho do nome não parece ser um critério para sua distribuição em classes de gênero no alemão. Não é claro, portanto, a que tipo de regularidades os pesquisadores remetem suas conclusões.

Deve-se ressaltar que, para os pesquisadores liderados por Meisel, a aquisição/identificação do sistema de gênero de uma dada língua aconteceria a partir de processos de aprendizagem. Na sua perspectiva, ainda que o gênero se caracterize como um traço de categorias, tais como categoria D, Nome etc., o sistema de gênero seria idiossincrático e, portanto, sua aquisição/identificação não seria dependente de um mecanismo sintático, computacional, mas decorrente de procedimentos gerais baseados em padrões fonológicos distribucionais e relações semânticas (Koehn, 1994). Nesse sentido, a criança teria de fazer uso de estratégias cognitivas gerais, de tratamento dos enunciados, de reconhecimento de padrões e de mapeamento desses padrões com traços lingüísticos. Esse mapeamento, contudo, só poderia ocorrer quando categorias funcionais estivessem disponibilizadas, o que, para Meisel, ocorreria somente a partir dos dois anos de idade (cf. 2.4).

Com uma abordagem semelhante à de Meisel, Clahsen & Almazan (1998) realizaram um estudo com portadores da Síndrome de Williams (SW). Portadores dessa síndrome costumam apresentar variado grau de deficiência em diversas habilidades cognitivas, ao lado de fluência verbal, indicando preservação das habilidades lingüísticas (ver de Freitas, 2000 para discussão). Dessa forma, o estudo das habilidades lingüísticas dessa população poderia apresentar evidências sobre a hipótese da modularidade, a qual prediz dissociação entre a linguagem e outros domínios cognitivos.

Clahsen & Almazan são partidários dessa hipótese. No entanto, segundo os resultados de seu estudo com portadores de SW, haveria problemas de identificação do sistema de gênero nessa população, o que poderia ser evidência contrária à hipótese da modularidade. A interpretação dos autores, contudo, é que esses

resultados não comprometem a hipótese, já que, para eles, o sistema de gênero seria idiossincrático, aprendido a partir de repetição e frequência, e não por habilidades específicas ao sistema computacional da língua. Entretanto, os resultados de estudo realizado no português com portadores de SW (de Freitas, 2000) mostram que esses sujeitos não apresentam dificuldade na identificação do traço de gênero a partir de sua manifestação no determinante ao incorporar pseudo-nomes do português, sugerindo que mecanismos sintáticos, dependentes do sistema computacional da língua, que estariam preservados nessa população, facilitariam a identificação do gênero do nome.

De qualquer forma, apesar das evidências em contrário, o pressuposto de que gênero gramatical é algo idiossincrático, específico de cada língua e dependente de processos de aprendizagem que lidem com pistas para a identificação de padrões tem orientado, até então, estudos de aquisição da linguagem voltados para sistemas de gênero.

Na visão de Karmiloff-Smith (1979), por exemplo, a língua seria um “espaço-problema”, cuja abordagem pela criança aconteceria segundo diferentes estratégias ou heurísticas. Em seu estudo com crianças francesas monolíngues de 3;2 a 7;11 anos²⁴, a autora busca identificar as estratégias usadas pelas crianças para a identificação do gênero de nomes desconhecidos. Note-se que a idade delimitada nesse estudo (e no estudo de Pérez-Pereira, 1991, a seguir) é bastante avançada com relação à aquisição da linguagem. Crianças nessa faixa etária já produzem concordância de gênero. Logo, é pouco provável que as estratégias utilizadas representem estratégias de aquisição, e não heurísticas para a solução da tarefa problema em si – o que depende do sistema de língua da criança e de processos cognitivos gerais.

As crianças foram submetidas a uma série de experimentos usando a Tarefa de Produção Eliciada (cf. Capítulo 4, 4.3 e Glossário), com nomes conhecidos e

²⁴ Embora o estudo tenha sido realizado com crianças de até 11;10 anos, alguns experimentos foram realizados somente com crianças de 3;2 a 7;11. Por isso, descartamos, para efeito de discussão, os resultados das faixas acima de 7;11 anos.

inventados. O objetivo era identificar que pistas²⁵ – no determinante, na terminação do nome ou semântica (imagem com sexo definido ou não) – seriam usadas pela criança para identificação do gênero de nomes inventados (pseudo-nomes). As variáveis foram manipuladas de modo a haver condições congruentes e incongruentes.

A tarefa era sempre a mesma: a criança via uma imagem, acompanhada de um comentário (*Voici l'image de...*, “aqui está a imagem de...”) e ao ver uma segunda imagem lhe era feita uma pergunta (*Et ça?*, “e isso/aqui?”). A apresentação da primeira imagem variava. Podia haver marca de gênero somente no determinante (*un/une coumille*), no determinante e na terminação (*une plichette*, *un bicron*) ou somente na terminação (*deux plichettes*, *deux bicrons*). Ainda, podia haver incongruência entre as marcas, com o determinante apresentando pista de masculino e a terminação, pista de feminino, e vice-versa : *un plichette*, *une bicron*.

Os resultados gerais sugerem que a criança usou informação do determinante para identificação do gênero do nome (taxa média de acerto de 82,4%), assim como usou também informação de terminação (média de acerto: 86,2%). A presença concomitante de marca no determinante e na terminação facilitou a tarefa (média de 95,9%). Quando havia incongruência entre a marca do determinante e a da terminação, prevaleceu a informação veiculada no determinante nos grupos de crianças de 6;0 a 7;11 anos (média de 74,7%), mas crianças entre 3;4²⁶ e 5;11 ficaram abaixo da média (47%). As pistas semânticas não foram particularmente usadas.

A taxa de acertos no nível da chance, das crianças menores de 6 anos, quando havia incongruência entre o determinante e a terminação indica que não houve predomínio de uma estratégia sobre outra. 47% das crianças privilegiaram informação

²⁵ O termo *pista* remete ao conceito de estratégia cognitiva. Este conceito pode ser entendido de duas maneiras : como procedimento heurístico para resolução de uma situação-problema (por exemplo, a situação do experimento) ou como procedimento heurístico de aprendizagem. Karmiloff-Smith entende pista nessa segunda acepção, assumindo as estratégias captadas no experimento como sendo estratégias de aprendizagem de língua.

²⁶ Este experimento foi realizado com crianças a partir de 3;4 anos.

contida no determinante, enquanto que 53% delas preferiram a pista de gênero da terminação. Isso poderia indicar que algumas crianças escolhem um dado procedimento e outras escolhem procedimento alternativo; ou ainda, que a mesma criança poderia escolher ora uma estratégia, ora outra. Se isso refletisse um processo natural de aquisição de língua, a primeira possibilidade resultaria em variação – metade dos falantes produziria *le bicron* (usando um nome do português, *o tapa*), por exemplo, e a outra metade produziria *la bicron* (*a tapa*). A segunda possibilidade prediria flutuação do traço de gênero de um dado nome (*le/la bicron*). Contudo, não há dados reportados, em francês, português ou em outra língua, de uso concomitante de um mesmo nome [- animado] com dois traços de gênero, i.e., de que a criança, diante de marcas de gênero incongruentes – *o tapa*, por exemplo – produzisse tanto *o tapa* quanto *a tapa*, no mesmo período. Os dados encontrados na literatura indicam que a criança, depois de um período de uso padrão, passa a privilegiar uma estratégia (baseada, por exemplo, na congruência fônica entre determinante e vogal final, presente no português), produzindo sistematicamente *a tapa* ou *o tapo*. Nesse momento, a criança faria uso de conhecimento explícito da língua, numa reflexão metalingüística (ver dados de Figueira, 1996, 2001, adiante).

É o que parece acontecer na situação experimental do estudo de Karmiloff-Smith. Os resultados refletem o uso de procedimentos mediados por uma cognição geral, de modo a dar conta de uma situação-problema. Desse modo, diferentes estratégias entrariam em competição quando houvesse conflito de informações, o que explicaria os resultados obtidos na condição de incongruência de gênero entre determinante e terminação. No entanto, como já foi dito, Karmiloff-Smith assume essas estratégias como sendo de aprendizagem de língua, já que, para ela, a língua seria um « espaço-problema », cuja abordagem pela criança aconteceria a partir de diferentes estratégias cognitivas.

Esses resultados serão confrontados com os resultados de experimento semelhante, realizado no âmbito desta tese (Capítulo 5, 5.4) com crianças falantes do português de até 3;1 anos (idade média: 2;9 anos). Os resultados mostram que,

mesmo na condição incongruente, as crianças privilegiam a informação de gênero veiculada pelo determinante, em uma língua em que há um padrão claro de terminação de nome associado às classes de gênero (cf. 2.2.1).

Inspirado nos experimentos realizados por Karmiloff-Smith (1979), Pérez-Pereira (1991) realizou um experimento com crianças espanholas de 4 a 12 anos²⁷. Os resultados não mostram diferença no uso de pistas no determinante ou na terminação: quando o gênero foi marcado somente no determinante, a taxa média de acerto foi de 97,5% e 77,5% (masculino e feminino, respectivamente); quando marcado somente na terminação, 100% para o masculino e 77,5% para o feminino, em média. O uso concomitante das marcas no determinante e na terminação elevou a taxa de acerto no feminino: 96,2%, em média. No caso de incongruência entre duas pistas, prevaleceu a informação de gênero no determinante para o masculino (média de 80%), mas, para o feminino, a taxa de acerto ficou um pouco abaixo da média: 48,7%. Pistas semânticas não foram particularmente usadas.

Os resultados da faixa de crianças entre 4 e 5;11 seguem o padrão dos resultados gerais. A pista de gênero masculino parece ter sido mais claramente percebida pelas crianças, com taxas de acerto maiores, próximas ao nível máximo, sejam pistas só no determinante (95%), só na terminação (100%) ou nos dois (100%). Quando havia incongruência entre as pistas, a pista do determinante foi privilegiada em 80% dos casos. No que diz respeito ao feminino, a taxa de acerto só se manteve acima de 90% se a pista fosse veiculada por determinante e terminação juntos (92,5%). Houve uma queda na taxa de acertos quando o gênero só era marcado na terminação (87,5%) ou no determinante (70%). Se havia incongruência entre as pistas, o gênero marcado no determinante só foi escolhido em 47,7% dos casos no

²⁷ Os resultados aqui reportados correspondem às faixas entre 4 e 7;11 anos, para efeito de comparação com os resultados de Karmiloff-Smith (1979). Tomando-se o total de crianças testadas, i.e., de 4 a 12 anos, os resultados gerais não se alteram: 98% e 79,4% para marca somente no determinante, 100% e 78,7% , para marca na terminação somente, 100% e 98,1% para marcas no determinante e na terminação, e 83,7% e 50% para marcas incongruentes entre determi nante e terminação (masculino e feminino, respectivamente).

feminino. Esse resultado, no entanto, não parece ser característico da idade, já que a taxa média de acertos para a faixa entre 6 e 7;11 anos foi de 50%.

Esses resultados indicariam que as pistas de gênero masculinas, no determinante ou na terminação, seriam mais facilmente reconhecíveis no espanhol. No entanto, o paradigma dos determinantes no espanhol apresenta maior regularidade no feminino do que no masculino (cf. 2.2.2). A irregularidade que se apresenta nos nomes femininos diz respeito a um subgrupo muito pequeno: nomes femininos começados por [a] tônico – cerca de 0,5% do léxico – se combinam com o artigo definido masculino – *el agua* (cf. 2.2.2). Mas é improvável que tal irregularidade pudesse justificar a diferença de resultados entre masculino e feminino. No que diz respeito à terminação, porém, há menos exceções no feminino do que no masculino (Harris, 1991), i.e., há maior número de nomes masculinos terminados em *-a* do que nomes femininos terminados em *-o* (Harris, 1991)²⁸. O conhecimento dessas características dos sub-conjuntos de nomes no espanhol poderia ser usado pelas crianças, levando-as a optar pela pista da terminação (52,3%) ou pela informação veiculada pelo determinante (47,7%), sugerindo uma postura metalingüística da parte das crianças para a realização da tarefa.

Pérez-Pereira compartilha com Karmiloff-Smith a abordagem conceitual da língua como “espaço-problema”, e considera as estratégias refletidas nos resultados dos experimentos como sendo estratégias de aprendizagem de língua, e não como procedimentos de resolução de uma tarefa experimental.

A perspectiva teórica desenvolvida nesta tese considera a língua(gem) como um sistema cognitivo biologicamente especificado. Ao invés de *pistas*, a criança usaria informação gramatical expressa morfo-fonologicamente. Para a identificação do valor do traço de gênero de nomes desconhecidos, a criança identificaria os possíveis valores daquele traço na sua língua dentro da classe fechada dos determinantes.

²⁸ De acordo com Harris (1991:37), haveria cerca de 600 nomes masculinos terminados em *-a*, e pouquíssimos nomes femininos terminados em *-o*, sendo que apenas um nome de uso comum – *la mano*.

Segundo essa hipótese, a identificação do sistema de gênero da língua não seria estabelecida, inicialmente, nem por critérios fonológicos, nem por critérios semânticos. É interessante observar que o conjunto de experimentos vistos apresenta resultados sugerindo que crianças entre 3 e 7;11 anos:

- fazem uso sistemático de informação de gênero veiculada no determinante, tanto no francês quanto no espanhol;
- não privilegiam pista semântica; ao contrário, tal pista tem pouco peso na atribuição de gênero.

Os dados dos experimentos de Karmiloff-Smith (1979) e de Pérez-Pereira (1991), sobretudo os resultados das faixas de 3 a 4 anos, serão confrontados com os resultados de experimento realizado com crianças de até 3 anos, falantes do português, no âmbito desta tese (Capítulo 5, 5.4).

Em um estudo sobre Déficit Especificamente Lingüístico (DEL), Silveira (2002) testou 150 crianças brasileiras de 3 a 7 anos, sem queixas de linguagem, sobre a concordância de gênero com pseudo-nomes, para definição de um grupo de controle. Usando a Tarefa de Identificação de Imagem (cf. Capítulo 4, 4.2 e Glossário), foram apresentadas às crianças duas imagens animadas, semelhantes, diferindo em algumas características que pudessem caracterizar seres do sexo masculino e do sexo feminino. Era pedido à criança para apontar a imagem de acordo com o enunciado. Os enunciados variavam em função de concordância entre nome (com ou sem morfema de gênero) e adjetivo, e concordância entre determinante, nome (com ou sem morfema de gênero) e adjetivo:

1. concordância com adjetivo

- a) com morfema de gênero: teba branca
- b) sem morfema de gênero: dabe branca

2. concordância com determinante e adjetivo

- c) com morfema de gênero: a teba branca
- d) sem morfema de gênero: a dabe branca

De acordo com os resultados, as crianças apresentaram taxa de acertos maior na condição de concordância com determinante e adjetivo (3.92 sobre o valor máximo de 4 respostas certas), sugerindo que a informação de gênero expressa no determinante facilitaria o desempenho. Crianças de 3 e 4 anos apresentaram maior número de erros na condição Nome e adjetivo (3.27/4 e 2.87/4), havendo estabilização a partir dos 5 anos (3.73/4). Das quatro crianças com suspeita de DEL avaliadas, duas apresentaram dificuldades na condição de concordância entre nome e adjetivo, e todas elas obtiveram taxa de acerto total na condição determinante e adjetivo. Esses resultados são compatíveis com o argumento desenvolvido nesta tese de que a criança privilegiaria a informação manifesta no determinante para atribuir um valor ao traço de gênero do nome.

Ainda no português, Figueira (1996, 2001) apresenta dados de produção espontânea de duas crianças brasileiras do sexo feminino, coletados através de diários e gravações sistemáticas, que mostram as crianças explorando a marcação morfológica de gênero em nomes, em uma relação com o sexo do elemento denotado. No período de 2;3 a 5;3 anos, as crianças criam novos nomes, como “ (mãe): você é um barato. (criança): *barata*, mãe, *barata*.” (2;3); “eu sou *reporta*” (repórter), “Faça essa fada ser boa (...) e esse *fado* ruim” (4;6); “bom *dio* é pra homem. Bom dia é pra mulher.” (5;2). Há, também, exemplos de harmonização fônica entre determinante e terminação do nome: “deu *um tapo* na cara” (3;10); e a mesma criança, aos 4;5 anos, diz: “gostou *da tapa*?”. Figueira salienta que esse tipo de “erro” não aparece na fala da criança nos primeiros momentos de produção, e o considera como uma reorganização do sistema lingüístico da criança.

Há, ainda, alguns estudos sobre aquisição enfocando a concordância de gênero no verbo, em línguas como hebraico, russo e polonês (ver Levy, 1983 para revisão). Dados de produção espontânea mostram que crianças adquirindo quaisquer dessas línguas não apresentam problemas, produzindo corretamente tal concordância por volta de 2;6 anos.

O estudo de Levy (1983) sobre a aquisição do sistema de gênero do hebraico é particularmente interessante. Levy acompanhou o desenvolvimento lingüístico de uma criança entre 1;10 e 2;10 e testou 32 crianças entre 1;11 e 2;8 (idade média: 2;6 anos). O objetivo do estudo é apresentar evidências de que o desenvolvimento lingüístico da criança não seria de base semântica, conforme proposto por Gleitman (1981 apud Levy 1983), mas baseado em propriedades formais da língua. No hebraico, o traço de gênero dos nomes pode ser intrínseco, subespecificado semanticamente, ou opcional, com interpretação semântica. A aquisição do sistema de gênero baseada em propriedades semânticas faria prever desenvolvimento diferenciado para os dois tipos de traços dos nomes, sendo que a identificação de traços semanticamente interpretados deveria anteceder à identificação de traços subespecificados semanticamente. Os dados não apontam para padrão diferente de identificação dos dois tipos de traços, sugerindo que a identificação do valor do traço de gênero dos nomes seria estabelecida por processos não semânticos. Levy considera que as propriedades fonológicas dos padrões de flexão dos diferentes itens em concordância com o nome permitiriam à criança identificar o valor do traço de gênero, independentemente de sua (sub)especificação semântica.

Os dados apresentados – sejam relativos a produção espontânea ou a experimentos - sugerem que a aquisição de gênero ocorre em um espaço curto de tempo, baseada em informação de natureza lingüística, e não semântica. De uma maneira geral, os autores (Karmiloff-Smith, Pérez-Pereira, entre outros) creditam a estratégias baseadas em padrões distribucionais, morfo-fonológicos envolvendo o nome para a aquisição do sistema de gênero.

No entanto, esses estudos não levam em conta o que a criança já pode ter captado do sistema de gênero de sua língua numa idade anterior à produção de enunciados. Mais ainda, tratam indistintamente marcas morfo-fonológicas presentes em itens diversos, sem levar em conta um modelo de língua. Tais estudos não recorrem a qualquer teoria lingüística, que possa capturar o tratamento diferenciado

dos diferentes elementos durante o processamento lingüístico, e não chegam a fornecer realmente um modelo de aquisição do gênero.

O tratamento da identificação do sistema de gênero de uma língua, em uma perspectiva que considere um modelo de língua, pressupõe a disponibilidade de categorias funcionais durante o processo de aquisição da linguagem. Serão vistas, na próxima seção, teorias de aquisição dessas categorias e suas implicações para a proposta de identificação do sistema de gênero por crianças em processo de aquisição de uma língua em que o gênero se manifesta morfo-fonologicamente.

2.4 Teorias de aquisição de categorias funcionais

Como foi visto brevemente na introdução deste estudo, a presença – ou disponibilidade - de categorias funcionais no período inicial da aquisição da linguagem tem sido alvo de controvérsia. As hipóteses podem ser divididas em dois grupos: baseadas em um programa maturacional e aquelas baseadas em um ordenamento intrínseco à gramática.

A Hipótese Maturacional considera que a emergência das categorias funcionais seria dependente de um cronograma maturacional neurológico. Dessa maneira, os diferentes estágios do processo de aquisição apresentariam propriedades conflitantes com os princípios que regem a gramática do adulto, uma vez que informação relativa a essas categorias estaria ausente.

Poeppel & Wexler (1991) propõem uma versão fraca da Hipótese Maturacional, segundo a qual as categorias funcionais estariam presentes na gramática inicial da criança, mas restrições internas à gramática impediriam seu pleno uso. Tais restrições seriam removidas em decorrência de maturação biológica (Hipótese da Competência Plena (*Full Competence Hypothesis*): Poeppel & Wexler, 1991). Nessa perspectiva, o número de categorias funcionais seria fixado universalmente, cabendo à criança identificar somente a distribuição dos traços gramaticais nessas categorias. A

Hipótese Maturacional Fraca prevê uniformidade/continuidade nos estágios sucessivos do processo de aquisição da linguagem.

A partir de dados da produção de uma criança alemã de 25 meses, os autores apresentam evidências de que a criança tem conhecimento do sistema de concordância verbal do alemão, distingue verbos finitos de não-finitos (aparecem sistematicamente em posições diferentes) – o que pressupõe movimento de núcleo, fenômenos dependentes de projeções funcionais IP e CP. Para Poeppel & Wexler (1991)

- a criança faz a distinção entre orações finitas e não-finitas de modo sistemático e consistente;
- os processos morfossintáticos associados a [+ finito] e atribuíveis à disponibilidade de categorias funcionais (principalmente movimento) estão presentes;
- os dados sobre ordem de palavra implicam a existência de IP e CP.

Em 1996, Wexler propõe a hipótese «VEPS» (*Very Early Parameter Setting*), sustentando que parâmetros básicos estão fixados corretamente já nos primeiros estágios observáveis, por volta dos 18 meses, quando a criança entra no estágio de duas palavras. Mais recentemente, Wexler (1998) propõe uma variação de sua hipótese, «VEKI» (*Very Early Knowledge of Inflection*), em maior sintonia com os termos do Programa Minimalista (Chomsky, 1995), postulando que a criança, também nesse estágio, já conhece propriedades fonológicas e gramaticais de muitos dos elementos flexionais de sua língua. Para ele, há uma equivalência entre as duas propostas, já que os parâmetros estão relacionados a elementos funcionais do léxico.

Uma outra hipótese acerca da disponibilidade de categorias funcionais (Radford, 1997b, 1986; Meisel, 1994) considera princípios de ordenamento que seriam internos à gramática, i.e., a emergência de uma dada categoria ou a fixação de um parâmetro estaria vinculada à emergência de uma outra categoria ou a fixação de um outro parâmetro. Nesse caso, haveria uma ordem imposta por uma gramática

universal para a emergência das categorias funcionais, mas que seria mediada pelas propriedades da língua sendo adquirida. Esta hipótese prevê continuidade entre a gramática inicial da criança e a gramática do adulto, pois todos os estágios estariam submetidos a princípios internos da gramática.

Radford (1997b ; 1986), por exemplo, postula que a gramática inicial da criança não possui categorias funcionais, as quais seriam disponibilizadas por volta dos 2 anos. Para ele, tais categorias só seriam dominadas pela criança em torno dos 2;6 anos. Radford baseia-se em dados de produção de crianças de 1 a 3 anos, e a ausência inicial e a progressiva presença de itens funcionais na produção dessas crianças levam o autor a propor que as estruturas iniciais são de natureza exclusivamente léxico-temática, ou seja, conseqüentes de projeções dos núcleos lexicais N(ome) e V(erbo). Por exemplo, a versão infantil de

(6) *The man drives a car*

seria

(7) *Man drive car*

sintagma com projeções das categorias lexicais Nome e Verbo, e com uma estrutura temática :

- verbo *drive* marca tematicamente seu constituinte irmão (NP *car*) – papel de paciente
- V-barra *drive car* atribui papel de agente a NP *man* .

Considerando as estruturas nominais no inglês inicial das crianças, Radford observa a ausência de constituintes não-temáticos e argumenta que tal ausência seria “conseqüência direta da ausência de constituintes funcionais no Inglês Inicial das crianças” (Radford, 1997b:402). Assim como a estrutura verbal, a estrutura nominal da fala da criança estaria em conformidade com a estrutura léxico-temática proposta, já que apresentaria somente projeções da categoria lexical Nome. Seu correspondente na fala adulta é uma estrutura funcional não-temática (DP).

A justificativa para a hipótese de que as gramáticas iniciais não possuiriam constituintes funcionais é de base “teleológica” (termo usado pelo autor): IP e CP são projeções funcionais estendidas do V e, da mesma forma, DP e KP²⁹ são projeções funcionais estendidas de N. Radford argumenta que um sistema-V deve existir antes que um sistema-I ou um sistema-C possa desenvolver-se e, da mesma forma, supõe que um sistema-N deva existir antes que um sistema-D ou um sistema-K possa desenvolver-se. Seguindo a mesma linha de argumentação, o autor supõe que as crianças desenvolvam constituintes lexicais de NP e VP antes de desenvolverem suas projeções funcionais IP/C e DP/KP.

Assim, para Radford, o primeiro estágio da aquisição deve ser necessariamente de desenvolvimento de uma estrutura de base lexical. Os princípios que permitiriam à criança formar estruturas léxico-temáticas alinhar-se-iam por volta dos 20 meses de idade, coincidindo com o fenômeno da “explosão do vocabulário”; os princípios permitindo à criança formar estruturas funcionais não temáticas estariam alinhados em torno dos 24 meses de idade, coincidindo com a explosão da sintaxe³⁰. Radford sustenta que, de acordo com sua hipótese, não haveria descontinuidade entre a gramática da criança e a gramática do adulto; seria somente uma gramática em processo de expansão.

A hipótese formulada por Radford, no entanto, faz generalizações sobre estados da gramática da criança a partir, exclusivamente, de dados de produção. Não é claro, contudo, como a criança segmentaria itens lexicais no fluxo da fala sem levar em conta itens funcionais ou informação equivalente. Nessa hipótese, não são levados em conta dados de percepção que sugerem, ao fim do primeiro ano de vida da criança, sensibilidade a itens funcionais (Shady, 1996) e segmentação do DP baseada no reconhecimento dos determinantes da língua (Höhle & Weissenborn, 2000) (cf. 2.5).

²⁹ KP é a projeção referente a sintagmas preposicionados funcionais, não-temáticos, como « a piece [KP [K of] [DP the bar]] ».

³⁰ Diferentes autores consideram que a « explosão do vocabulário » (*lexical spurt*) aconteceria por volta de 18 meses (Gleitman & Newport, 1995; Pinker, 1995; Bloom, 1994). Não há, na literatura, referência a uma “explosão da sintaxe”. Radford talvez faça alusão ao “estágio de duas palavras”, em que a criança começa a combinar duas (ou mais) palavras, mas esse estágio teria início junto com a “explosão lexical”, o que permite supor uma relação entre eles.

A mesma crítica pode ser feita à hipótese de Meisel (1994). Da mesma maneira que para Radford, para Meisel, a ausência de categorias funcionais até os 2 anos se deve a processos biológicos que só vão amadurecer nessa idade. Antes disso, tem-se uma “protolinguagem” (cf. Bickerton, 1990) em que os “*enunciados não são organizados a partir de princípios morfossintáticos*” (Meisel, 1994:94).

Meisel também baseia-se exclusivamente em dados de produção. Para ele, só se pode dizer que a criança possui uma dada categoria lingüística quando, na sua produção, o uso de tal categoria corresponde a 90% das ocorrências previstas e não há mais queda dessa taxa. Conseqüentemente, para Meisel (e seus colaboradores), não há evidência nos dados de crianças menores de 20 meses de que categorias funcionais já estejam disponíveis. Uma vez estando disponibilizadas, a criança teria a tarefa de identificar, a partir dos dados lingüísticos primários, quais categorias funcionais deveriam ser implementadas e que posições ocupariam na gramática da língua em aquisição. Somente a partir dos dois anos, quando aparecem as primeiras formas verbais finitas, haveria evidências da disponibilidade de categorias funcionais. Assim como Radford, Meisel também não considera que haja descontinuidade entre o estado inicial e a gramática do adulto, pois, segundo ele, não haveria gramática naquele estado. A produção inicial da criança seria, dessa forma, orientada por princípios semântico-pragmáticos.

No que se refere especificamente à categoria Determinante, Müller (1994a, b, colaboradora de Meisel), a partir da análise de dados de crianças em processo de aquisição bilíngüe do francês e do alemão, justifica o argumento de que esta categoria não estaria disponível no início da aquisição da linguagem. Müller sugere haver um período em que a categoria D, ainda que presente na gramática da criança, diferiria da categoria D da gramática do adulto. A autora encontra justificativa no fato de que traços especificados em D, tais como gênero, número, caso, não aparecem nas produções das crianças estudadas (por ela e por outros autores : Meisel, Stenzel, Parodi ; cf. páginas 58, 59 de Meisel, 1994). Além disso, ela argumenta que o próprio

uso de determinantes não é freqüente na produção inicial da criança anterior aos dois anos. No entanto, Bonacker (1997) discorda dessa hipótese, com base em dados de produção de uma criança sueca, no período de 1;8 a 2;1 anos, que justificam haver disponibilidade da categoria D na gramática inicial.

Em sueco, o uso de determinantes não é obrigatório em todos os contextos. Por exemplo, não são usados diante de nomes comuns em situação de generalização (como em português: “Maria nunca teve \emptyset carro”), e é facultativo diante de nomes próprios (“ \emptyset / A Maria nunca teve carro”). Já diante de nomes contáveis, seu uso é obrigatório (“A cadeira está quebrada”). Bonacker mostra que, em contexto obrigatório, somente 10,4% das ocorrências não apresentaram determinante, no período total analisado, i.e., em 5 meses. No período inicial, de 1;8 a 1;10 ano, a omissão de determinantes nesse contexto não passa de 14,9%. Incluindo os contextos facultativos, os dados mostram que a criança produz determinantes em 73,8% dos casos em que seria esperado seu uso na fala adulta. Ainda, a criança usa o mesmo nome com determinantes diferentes, indicando que ela segmentou o DP em determinante e nome. Baseada nesses dados, Bonacker conclui que a criança, com menos de 2 anos, se aproxima muito da fala adulta, no que diz respeito ao uso de determinantes, o que sugere a similaridade de sua gramática com a do adulto, ao menos no que concerne à categoria funcional Determinante.

Os dados de produção apresentados por Bonacker (1997) sugerem a presença de categorias funcionais (ao menos, a Categoria Determinante), para a análise do material lingüístico e para a sua produção, em um período anterior àquele sugerido por Radford (1997b; 1986) e por Meisel (1994). Esses dados são compatíveis com a hipótese subjacente ao presente estudo, à medida que apresentam evidências da disponibilidade da categoria D em idade precoce. No entanto, ainda que os dados de produção apresentados por Bonacker dêem maior sustentação ao argumento sugerindo a disponibilidade precoce de categorias funcionais, a ausência de manifestação dessas categorias na produção não implica necessariamente a ausência de representações gramaticais, já que é possível supor que tais representações se

façam necessárias para o processamento do material lingüístico pela criança diante dos enunciados de sua língua.

Além disso, o que se toma como presença de itens funcionais na produção também pode ser objeto de discussão. Freitas & Miguel (1998), por exemplo, apresentam dados de crianças portuguesas em torno de 11 meses, em que a posição do determinante é preenchida por *fillers*, material que eles interpretam como um tipo de « protomorfema », evidência de posição estrutural reservada ao determinante, já que contraria o que seria uma imposição de natureza estritamente fonológica³¹. Também nessa idade, evidências empíricas apontam para uma sensibilidade da criança a itens funcionais e a determinantes.

2.5

Sensibilidade a itens funcionais e a determinantes

2.5.1

Itens Funcionais

Alguns estudos psicolingüísticos têm explorado a percepção de bebês e crianças a itens funcionais e a determinantes. Determinadas propriedades acústico-fonológicas permitem classificar os itens de uma dada língua em dois grupos que se conformam à classificação tradicional em classes fechadas - itens funcionais - e classes abertas - itens lexicais. Mais ainda, tais propriedades parecem ser em grande parte comuns às línguas naturais, permitindo que a distinção se estabeleça seguindo o mesmo padrão nas diferentes línguas.

Estudos realizados em diferentes línguas, tais como inglês, mandarim e turco, apontam para a tendência de os itens funcionais serem mínimos: no que diz respeito à unidade da palavra, costumam apresentar o mínimo de sílabas/moras; quanto à sílaba,

³¹ A produção inicial da criança é monossilábica. Como o português tem como padrão o pé troqueu (pé dissilábico com proeminência inicial), seria esperado que a criança expandisse a sílaba para a direita. No entanto, a expansão inicial se dá à esquerda do monossílabo, formando um pé iambo (pé dissilábico com proeminência final), característico de um DP formado por Det + monossílabo.

núcleo simples, com mínimo de ditongos, *onset* e *coda*; nos níveis segmental e fonético-fonológico, apresentam inventário de fonemas possíveis menor do que inventário disponível aos itens lexicais, com fonemas não marcados ou sub-especificados, de tendência a baixa amplitude e mais sujeitos a processos de assimilação e/ou harmonização (Morgan, Shi & Allopenna, 1996; Shi, Morgan & Allopenna, 1998; Shi, Werker & Morgan 1999)³².

Além disso, os itens funcionais têm outras propriedades que os distinguem dos itens lexicais. Em termos gerais, pertencem a classes fechadas, são previsíveis pelo contexto sintático e muito frequentes no enunciado, ao passo que itens lexicais têm baixa frequência, não são previsíveis pelo contexto sintático e pertencem a classes abertas.

Quadro 2.10 : Diferenças entre itens funcionais e itens lexicais

ITENS FUNCIONAIS	ITENS LEXICAIS
classe fechada	classe aberta
alta frequência no enunciado	baixa frequência no enunciado
padrão acústico-fonológico característico	sem padrão acústico-fonológico

Embora o conjunto de características distintivas dos itens funcionais possa variar de uma língua a outra, ao menos duas propriedades parecem ser universais: a posição estrutural reservada a esses itens nos sintagmas e sua alta frequência nos enunciados. A breve duração da maior parte dos chamados itens funcionais talvez seja mais uma propriedade universal, mas são necessários estudos em um maior número de línguas.

As distinções acústicas entre itens lexicais e funcionais parecem chamar a atenção do bebê desde o início. Usando a técnica de Sucção não-nutritiva (ver Glossário), Shi e colaboradores (1999) apresentaram listas de itens funcionais e de

³² No estudo de Shi, Morgan & Allopenna (1998), foram analisadas as] fala de mães chinesas e turcas (duas de cada) direcionada a seus bebês (entre 0;11 e 1;8 ano de idade), a fim de observar se os dados de que dispõem os bebês apresentariam propriedades que lhes permitissem distinguir itens funcionais e lexicais.

itens lexicais a bebês com 3 dias de vida. Os bebês foram divididos em dois grupos: grupo A – bebês escutaram, na fase de habituação, itens funcionais; grupo B – bebês escutaram, na primeira fase, itens lexicais. Na fase de teste, esses grupos se subdividiram: em A1 – os bebês escutaram itens lexicais e em A2, escutaram nova lista de itens funcionais; em B1 – os bebês escutaram itens funcionais e em B2, escutaram nova lista de itens lexicais. Os subgrupos A1 e B1 fizeram parte do grupo experimental, enquanto que A2 e B2 formaram o grupo controle.

Os bebês do grupo experimental reagiram consistentemente à mudança de itens, com uma diferença estatisticamente significativa ($t(15) = 5.514$; $p < 0.0001$). Já os bebês do grupo controle não reagiram de forma consistente à mudança de estímulos ($t(15) = 1.586$; $p < 0.1336$).

Shi e colaboradores repetiram o experimento, usando estímulos mais controlados. No primeiro experimento, os itens lexicais variavam em número de sílabas, enquanto que os itens funcionais eram monossílabos. No segundo experimento, só foram selecionados itens lexicais monossilábicos. Novos bebês foram testados e os resultados se confirmaram: bebês do grupo experimental reagiram consistentemente à mudança de itens, com uma diferença estatisticamente significativa ($t(7) = 4.146$; $p < 0.005$); bebês do grupo controle tiveram melhor desempenho, mas não foi estatisticamente significativo ($t(7) = 2.151$; $p < 0.07$). Esses resultados sugerem que, com poucos dias de vida, o bebê já é sensível a propriedades acústicas dos itens de sua língua que podem ser usadas, mais tarde, na identificação e distinção de itens funcionais e lexicais.

Shafer e colaboradores (1998) usaram a técnica de Potenciais Evocados (ver Glossário) para observar a sensibilidade, em termos cerebrais, de crianças de 10 a 11 meses a itens funcionais. Vinte crianças participaram do experimento (10 com 10 meses e 10 com 11 meses). Todas as crianças escutaram a) uma história normal; b) uma história modificada, i.e., a história normal com pseudo-itens no lugar dos itens funcionais. Enquanto escutavam as histórias, eram medidos os potenciais evocados.

O grupo de bebês de 11 meses apresentou uma diferença de amplitude entre as duas condições. Durante a escuta da história modificada, as crianças apresentaram potenciais evocados de amplitude mais baixa em relação àqueles apresentados durante a escuta da história normal, com uma diferença estatisticamente significativa ($p < 0.05$). Baixa amplitude dos potenciais evocados indica maior demanda de recursos neuronais. Assim, os resultados sugerem que a história modificada (com pseudo-itens no lugar de itens funcionais) exigiu maior demanda de recursos do que a escuta da história normal, nas crianças de 11 meses. Crianças de 10 meses não apresentaram diferença, sugerindo que as diferenças entre itens funcionais e pseudo-itens somente são captadas por volta dos 11 meses.

Ainda no que se refere à sensibilidade a itens funcionais, Shady (1996) fez uma série de experimentos usando a técnica de Escuta Preferencial (cf. Capítulo 4, 4.1 e Glossário), com crianças de 10;15, 13 e 16 meses. As crianças escutaram passagens de uma história infantil, em duas versões: normal e modificada. Na versão modificada, Shady substituiu os determinantes *the*, *a* e *that*; os auxiliares *is* e *was*; e a preposição *of*, substituindo-os por pseudo-itens. Shady preservou preposições com conteúdo semântico (*in*, *on*, *about*, *from*, *through*).

De acordo com essa técnica, a criança escuta diferentes passagens nas duas versões. O tempo de escuta é medido para cada passagem e, no final, é feita a média de tempo de escuta para cada uma das versões.

No primeiro experimento, Shady substituiu os itens funcionais por pseudo-itens monossilábicos e com vogais plenas:

The - [ko] a - [gu] that - [gi]

Is - [bu] was - [ki]

Of - [po]

Crianças de 10;15 meses escutaram mais tempo as passagens da versão normal (7.86 sec contra 6.34 sec), apresentando resultado estatisticamente significativo ($t(23) = 3.24; p < 0.005$).

No segundo experimento, a pesquisadora usou novos pseudo-itens, mais de acordo com as propriedades dos itens funcionais do inglês. Os novos pseudo-itens apresentaram vogais reduzidas e não acentuadas:

The - [gɪh] a - [ɪh] that - [gʌk]

Is - [âj] was - [haɪ]

Of - [æf]

Resultado semelhante foi encontrado. Crianças de 10,15 meses escutaram mais tempo as passagens da versão normal (9.04 sec contra 7.12 sec), apresentando resultado estatisticamente significativo ($t(23) = 3.21; p < 0.005$).

Em um terceiro experimento, Shady substituiu os itens lexicais por pseudo-itens e preservou os itens funcionais originais. A idéia era observar se a criança reagia simplesmente a uma mudança de itens ou a itens desconhecidos, ou se sua reação dizia respeito à sensibilidade aos itens funcionais de sua língua. Foram substituídos, em média, 45 % dos itens. Não houve diferença de tempo médio de escuta entre as duas versões. As crianças de 10;15 meses escutaram em média 7.82 sec as passagens normais e em média 7.84 sec as passagens modificadas, sem haver qualquer diferença entre elas ($t(23) = -0.02; p = 0.98$). Esses resultados indicam que crianças nessa idade são sensíveis às propriedades fônicas que definem a classe dos itens funcionais da língua, estranhando novos elementos em um grupo fechado, mas não estranham novos (pseudo-)itens lexicais, justamente por se constituírem uma classe aberta.

Para avaliar se a criança é sensível não somente aos itens funcionais, mas à sua posição estrutural na sentença, Shady fez um quarto experimento. Dessa vez, apresentou histórias curtas, autônomas, no lugar de passagens de uma mesma história,

também em duas versões, normal e modificada, em que a posição dos itens funcionais foi alterada:

Normal: **This** man **has** bought two cakes.

Modificada: **Has** man **this** bought two cakes.

Os resultados de crianças de 10;15 meses não apresentaram diferença significativa (8.17 sec de média de escuta da versão normal, contra 7.36 sec de média de escuta da versão modificada; $t(23) = 1.45$, $p = 0.16$). O mesmo experimento foi feito com crianças de 13 meses, com resultados semelhantes (8.25 sec de média de escuta da versão normal, contra 7.92 sec de média de escuta da versão modificada; $t(23) = 0.67$, $p = 0.5$). Somente crianças de 16 meses apresentaram diferença de escuta média das duas versões estatisticamente significativa: 8.07 sec de média de escuta da versão normal, contra 6.31 sec de média de escuta da versão modificada; $t(23) = 3.93$, $p < 0.005$).

Analisando-se o conjunto dos experimentos realizados por Shady, seus resultados apontam para uma sensibilidade às propriedades acústico-fonéticas dos itens funcionais em torno dos 10 meses e meio, e uma sensibilidade à posição estrutural desses itens por volta dos 16 meses.

Um outro experimento também tratou da posição estrutural de itens funcionais, investigando as relações de dependência entre morfemas funcionais descontínuos. Santelmann & Jusczyk (1998) exploraram a relação entre o auxiliar *is* e o morfema *-ing*, do presente contínuo do inglês, usando a técnica de escuta preferencial.

Crianças de 15 (Grupo A) e de 18 meses (Grupo B) escutaram pequenas histórias contendo verbos no presente contínuo (*is ...-ing*), na versão normal, e *can ...-ing* na versão modificada. Não houve diferença significativa do tempo médio de escuta entre as duas versões no grupo A, de crianças de 15 meses ($t(23) = 1.48$; $p = 0.151$), mas as crianças de 18 meses escutaram mais tempo a versão normal (10.51

sec, contra 8.92 sec para a versão modificada), com uma diferença significativa ($t(23) = 2.43$; $p = 0.023$). Os resultados sugerem que, somente em torno dos 18 meses, a criança começa a se sensibilizar para as relações entre essas morfemas.

Os pesquisadores fizeram outros experimentos, variando o número de sílabas encaixadas entre os dois morfemas (colocando advérbios com duas ou mais sílabas), com crianças de 18 meses. As crianças continuaram sensíveis à relação entre os morfemas numa distância de até 3 sílabas, i.e., quando havia entre *is* e *-ing* somente a sílaba do verbo ou, além da sílaba do verbo, um advérbio de 2 sílabas ($t(23) = 2.99$; $p = 0.007$). Com uma distância maior (com advérbios de 3 e 4 sílabas) não houve diferença significativa no tempo médio de escuta das duas versões. Esses resultados apontam para a existência de uma “janela de processamento”, em que a criança é capaz de estabelecer relações entre morfemas. Além dessa janela, aos 18 meses, tal relação não seria estabelecida.

Ainda em relação aos itens funcionais, Gerken & McIntosh (1993) realizaram um experimento com crianças de 24 meses, em média (de 21 a 28 meses). Nessa idade, as crianças muitas vezes ainda omitem itens funcionais na fala. Os pesquisadores buscavam evidências de que, mesmo omitindo, a criança reconhece tais itens e faz uso deles na compreensão.

Usando a técnica de identificação de imagem (cf. Capítulo 4, 4.2 e Glossário), foram apresentadas frases às crianças, e elas deveriam apontar a figura correspondente em um livro especialmente produzido para o experimento. As frases foram feitas manipulando-se itens funcionais:

- a. “Find *the* bird for me.” - item funcional em posição certa
- b. “Find *was* bird for me.” - item funcional em posição errada
- c. “Find *gub* bird for me.” - pseudo-item funcional
- d. “Find ___ bird for me.” - item funcional ausente

As frases foram emitidas por um boneco robô, com fala sintetizada, para que não houvesse estranhamento, da parte da criança, às frases modificadas.

De acordo com os resultados³³, as crianças foram capazes de identificar a imagem correta em 81% das apresentações do tipo (a.) (uso de item correto «the »); em 72% das apresentações do tipo (d.) (sem uso de item funcional); em 52% das apresentações com item funcional incongruente (tipo (d.) « was ») e em 44% das apresentações com pseudo-item funcional (tipo (c.) « gub »).

Não houve diferença significativa entre as condições (a.) e (d.) (“ Find *the* bird for me” X “ Find ___ bird for me.”). Houve diferença significativa entre as condições (a.) e (b.): $p < 0.005$ (“ Find *the* bird for me” X “ Find *was* bird for me.”) e entre (a.) e (c.) $p < 0.0005$ (“ Find *the* bird for me” X “ Find *gub* bird for me.”)

Esses resultados indicam que crianças que ainda não produzem itens funcionais na fala apresentaram mais facilidade em tarefa de identificação de imagem quando a palavra-alvo foi precedida por item funcional congruente, corretamente posicionado, em contraste com item funcional em posição errada e com pseudo-item funcional. Ainda que não produzam tais itens, as crianças parecem fazer uso deles na compreensão. Este experimento inspirou o terceiro experimento realizado no âmbito dessa tese e será retomado no capítulo 5, 5.4.

2.5.2 Determinantes

No que concerne especificamente aos determinantes, Höhle & Weissenborn (2000) observaram a sensibilidade a esses elementos, no alemão, usando também a técnica de escuta preferencial. Bebês de 8;15 a 12;15 meses foram divididos em dois

³³ Foram feitos dois experimentos, o primeiro com voz masculina e o segundo com voz feminina, com melhores resultados. A voz feminina, cujas médias de *pitch* e extensão de *pitch* são maiores que as médias observadas na voz masculina, já comprovou ser preferida pelas crianças em tarefas experimentais (ver Gerken & McIntosh 1993 para referências). Os resultados apresentados são do experimento 2.

grupos : Grupo A - de 8;15 a 10;15 meses (idade média: 9;25 m); Grupo B - de 10;15 a 12;15 meses (idade média: 11;12 m). Cada grupo se subdividiu: grupos A1 e B1 (grupos-teste) e grupos A2 e B2 (grupos-controle).

Durante a familiarização, os grupos A1 e B1 escutaram DPs (*der Kahn*, “o barco”; *das Tor*, “o portão”), enquanto os grupos A2 e B2 escutaram somente Nomes, sem determinante (*Vulkan*, “vulcão”; *Pastor*, “pastor”). Note-se que nessas palavras, a segunda sílaba tem o mesmo som dos monossílabos usados nos DPs dos grupos A1 e B1.

Na fase de teste, todos os bebês foram expostos ao mesmo tipo de passagens, frases contendo DPs com *Kahn* e *Tor* (mas com outros determinantes, não usados na familiarização) e DPs com outros nomes não familiarizados. A idéia era que, se a criança já fosse sensível aos determinantes de sua língua e fosse capaz de segmentar o DP em Determinante e Nome, as crianças que foram familiarizadas com DPs (grupos A1 e B1) escutariam mais tempo as passagens com *Kahn* e *Tor*, já que reconheceriam os nomes anteriormente escutados. O interesse seria menor pelas passagens com *Vulkan* e *Pastor*, pois não foram escutados anteriormente e não constituem DPs (a criança não identificaria *Vul* e *Pas* como determinantes do alemão). Por outro lado, as crianças que foram familiarizadas com nomes apenas (Grupos A2 e B2) não deveriam mostrar interesse maior nas passagens, já que não encontrariam os nomes familiarizados e não reconheceriam os monossílabos *Kahn* e *Tor*.

Os bebês menores (Grupos A1 e A2) não apresentaram diferença significativa no tempo médio de escuta. Quanto aos grupos dos bebês maiores, os pesquisadores encontraram um efeito marginalmente significativo no grupo B1 (crianças familiarizadas com DP): $F(1,19) = 3.95$; $p = 0.061$. Não foi encontrada diferença significativa no tempo médio de escuta do grupo familiarizado com Nomes (Grupo B2) ($F(1,26) < 1$). Esses resultados não são plenamente confiáveis, mas sugerem levemente uma sensibilidade aos determinantes a partir de 10,15 meses.

De toda forma, os resultados vistos apontam para uma sensibilidade a itens funcionais e a determinantes, em particular, mas não investigam se a criança, nesse momento, é capaz de relacionar tais itens com categorias abstratas subjacentes à estrutura lingüística. Waxman (1999) apresenta dados nessa direção.

2.6

Mapeamento entre item funcional e Categoria Funcional

Uma das informações passíveis de serem extraídas a partir de um item funcional diz respeito à classe a que pertence a palavra combinada a ele, formando um sintagma. Por exemplo, “mato” será N(ome) em “o mato”, mas V(erbo) em “eu mato”. A exploração pela criança desse tipo de informação pressupõe que ela não somente reconhece os itens funcionais perceptualmente, mas é capaz de atribuí-los a determinadas categorias funcionais.

Os resultados de Waxman (1999) apontam para essa capacidade. Crianças com idade média de 13 meses foram apresentadas a um conjunto de objetos com uma mesma característica (p.ex., 4 cavalos rosas para um grupo de crianças; 4 objetos rosas para outro grupo). Durante a familiarização, as crianças foram distribuídas nas condições “Nome” (“This one is a(n) X. Do you like the X ?”), “Adjetivo” (“This one is X-ish. Do you like the X-ish one?”) e “*no word*” (“Look here. Look at this. Do you like that ?”). As crianças reagiram preferencialmente em função daquilo que ouviam. Crianças da condição “Adjetivo” reagiram à apresentação de uma nova característica (cavalo rosa X cavalo azul). A informação apresentada oralmente parece ter guiado a atenção da criança. A pseudo-palavra foi tratada como nome ou adjetivo a partir de suas propriedades fonético-acústicas, identificada com sua categoria funcional, permitindo assim o mapeamento entre informação lingüística e informação conceitual.

O experimento de Waxman (1999) explora o conhecimento da criança no que diz respeito a categorias funcionais, ainda em um momento do desenvolvimento

lingüístico em que a produção da criança não necessariamente apresenta evidências da presença de elementos funcionais.

2.7 Conclusão

Neste capítulo, foi visto que a maioria das línguas naturais conhecidas apresenta manifestação morfo-fonológica do traço de gênero refletindo o estabelecimento de concordância entre Nome e diferentes elementos do sintagma/da oração. Nomes com traço [- animado] possuem traço de gênero intrínseco; nomes [+ animado] podem apresentar traço de gênero intrínseco (*testemunha, criança*) ou opcional (*amigo/a*). O traço de gênero do Nome é [+ interpretável], i.e., é semanticamente interpretado na interface da língua com os sistemas de desempenho, mas em nomes de traço intrínseco [- animado] e alguns [+ animado] (como *colega*), o traço de gênero é subespecificado semanticamente.

A observação de diferentes sistemas de gênero levou à constatação de que o traço de gênero se manifesta em vários elementos do sintagma/da oração, em uma relação de concordância com o Nome. Concluiu-se, assim, que o que caracteriza os diferentes sistemas de gênero gramatical é a relação de concordância entre nome e diferentes elementos.

Dentre os itens que concordam com o Nome, foi constatada a importância do Determinante. Com efeito, há sempre ao menos um item da categoria D com marcação morfológica de gênero nessas línguas. Essa presença constante de marca de gênero em um elemento próximo ao Nome – elemento esse que seria núcleo do sintagma – poderia ser usada pela criança no processo de atribuição de valor do traço de gênero a um novo nome.

Foram vistos trabalhos sobre a identificação do sistema de gênero em variadas línguas, baseados em dados de produção espontânea ou resultados experimentais. Os primeiros apontam para a realização de concordância de gênero em conformidade

com a gramática-alvo da língua. Os segundos mostram, efetivamente, a importância do Determinante, ainda que a perspectiva teórica dos autores desses estudos os leve a focalizar a identificação do valor do traço de gênero do nome pela criança como sendo mediada por estratégias gerais de aprendizagem que levam em conta, indistintamente, informação fônica expressa tanto nos determinantes quanto na terminação dos nomes. Os dados apresentados em todos os estudos não justificam uma abordagem de aquisição de gênero baseada em alguma informação semântica dos elementos da classe denotada pelo nome.

Esses estudos experimentais não levam em conta representações gramaticais que permitam à criança o estabelecimento de relações sintáticas entre os diferentes elementos do sintagma/da oração, previstas em um modelo de língua. Por outro lado, foram vistas hipóteses de aquisição de categorias funcionais, plenamente baseadas na teoria lingüística gerativa, mas que não são formuladas de modo a dar conta das etapas anteriores à produção lingüística pela criança, nem se propõem a explicar como a criança relaciona o que seria fornecido biologicamente em termos de uma gramática inicial com os estímulos captados perceptualmente, os chamados dados lingüísticos primários.

No presente estudo, parte-se do pressuposto de que uma teoria de aquisição da linguagem deve apresentar um modelo de identificação do sistema de gênero baseado no modo como a criança relaciona a informação captada perceptualmente com informação de natureza lingüística fornecida por um programa genético, procurando conciliar, dessa forma, o tratamento psicolingüístico do processo de aquisição da língua com um modelo de língua.

Diante dessa proposta conciliatória, no próximo capítulo serão discutidos os pressupostos teóricos da tese, começando pelo enfoque dado pelo Programa Minimalista (Chomsky, 1995, 1999) ao traço de gênero, à questão do sintagma determinante (DP) e às relações de concordância internas a ele. Em seguida, será discutida a hipótese de *Bootstrapping* fonológico (Morgan & Demuth, 1996;

Christophe et al., 1997), modo de processamento específico à aquisição da linguagem que busca dar conta de como o bebê processa os enunciados lingüísticos, de modo a extrair elementos (e informações por eles veiculadas) do material lingüístico de que dispõe e relacioná-los à estrutura da língua.